

A RE-EMERGÊNCIA LITERÁRIA DE VOZES E MEMÓRIAS FEMININAS SILENCIADAS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

LITERARY RE-EMERSION OF SILENCED FEMALE VOICES AND MEMORIES DURING THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

Alessia Di Eugenio*
alessia.dieugenio2@unibo.it

As vozes das mulheres brasileiras, hoje em dia, incomodam muito o poder político conservador, que tenta continuamente (re)estabelecer a prioridade da fala dos homens e a ilegitimidade da presença das mulheres como sujeito político no espaço público. Em particular, neste momento político é interessante olhar para as experiências de mulheres que viveram e lutaram durante outro momento brutalmente conservador da história brasileira, aquele dos vinte e um anos da ditadura civil-militar. Relativamente a essa geração, este artigo aborda textos de Maria Pilla e Maria Valéria Rezende. Recordar estas mulheres é tanto mais importante porque o governo Temer e o governo Bolsonaro construíram uma conexão explícita com a época da ditadura, e porque o surgimento do movimento feminista brasileiro está ligado à história da participação das mulheres na luta de oposição ao autoritarismo dos anos 60 e 70. Através de uma reconstrução das publicações de depoimentos e relatos de mulheres e romances escritos por mulheres, queremos refletir sobre o processo de transmissão da memória feminina da luta contra a ditadura – entre remoção histórica e re-emergência literária – e sobre a temporalidade desta memória, para entender melhor a sua herança em relação às lutas que enfrentam hoje as mulheres brasileiras. Nesse sentido, este artigo aborda também duas autoras de uma geração subsequente, que abordam nas suas obras as memórias familiares e privadas da ditadura. Trataremos textos de Adriana Lisboa e Liliane Hang Brum.

Palavras-chave: Ditadura. Feminismo. Mulheres brasileiras, Literatura.

Nowadays, the voice of Brazilian women is considered an inconvenience by the conservative political power, which continually tries to (re)establish the priority of men's speech and the illegitimacy of women's presence as a political subject in the public space. In this particular political moment, it is compelling to look at the experiences of women who lived and fought during another brutally conservative moment in Brazilian history: the twenty-one years of the civil-military dictatorship. This research explores works by two women from this generation: Maria Pilla and Maria Valéria Rezende. To remember these women is very important because

* Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas/ Universidade de Bolonha, Bolonha, Itália.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5648-2438>

both Temer and Bolsonaro's governments have established an explicit connection to the dictatorship era, and because the Brazilian feminist movement itself is entwined with the history of the struggle against authoritarianism in the 1960s and 1970s. This research studies women's testimonies, reports, and novels written by them. Our aim is to reflect on the process of memory transmission by women involved in the struggle against dictatorship – between historical suppression and literary re-emergence – across the temporality of this memory, in order to understand the impact of such heritage in relation to contemporary struggles by Brazilian women. Consequently, we have also researched two contemporary women authors who write of private, family memories from the dictatorship. The selected authors regarding the contemporary generation are Adriana Lisboa and Lilian Hang Brum.

Keywords: Military dictatorship. Feminism. Brazilian women. Literature.

1. Introdução

Hoje em dia, as vozes das mulheres brasileiras 'incomodam' muito, e o poder político conservador tenta continuamente (re)estabelecer a prioridade de fala dos homens e a ilegitimidade da presença e do poder das mulheres como sujeito político no espaço público. Considere-se, por exemplo, a repressão midiática (veja-se a constante invisibilização das grandes manifestações pelo aborto livre), física (veja-se o assassinato da vereadora feminista Marielle Franco e os casos de ativistas brasileiras atualmente no exílio por conta de constantes ameaças de morte e estupro, por parte das milícias virtuais) e política (veja-se as tentativas de apagar os enormes protestos das *Mulheres Unidas* contra Bolsonaro ao grito de #elenão) evidente, apesar da força que mostram os movimentos feministas brasileiros.

Neste momento político em particular é interessante olhar para as experiências de mulheres que viveram e lutaram durante outro momento brutalmente conservador da história brasileira, aquele dos vinte e um anos da ditadura civil-militar. Por dois motivos principais. Por um lado porque o governo Temer, instaurado depois do impeachment ilegítimo contra a presidente Dilma Rousseff, e o atual governo Bolsonaro construíram uma conexão explícita com a época da ditadura (recordem-se as justificativas de voto dos deputados federais na abertura do impeachment e as constantes referências nostálgicas aos anos da ditadura e até aos métodos cruéis de repressão adotados contra os opositores). Por outro lado, porque no Brasil "o novo feminismo nasce na ditadura" (Pinto 2003, p. 40) como consequência da resistência das mulheres "depois da derrota da luta armada e no sentido da elaboração política e pessoal desta derrota" (Sarti 1998, p. 3).

2. Feminismo e ditadura

No Brasil, como na maioria dos outros países da América do Sul, o feminismo surge como feminismo de esquerda (Sarti 2001) – vale lembrar que muitos grupos feministas brasileiros estavam articulados com diversas organizações de influência marxista, clandestinas à época, e influenciados pelos processos das revoluções cubana, russa e

chinesa –, comprometido com as lutas pelas liberdades democráticas e pela anistia (Moraes 2003). A anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos políticos destacou-se entre as primeiras reivindicações dos movimentos das mulheres (Teles 1999). A investigadora norte-americana Sonia Alvarez (1990) chegou a empregar a expressão “engendering democracy in Brazil” para explicitar o papel fundamental das mulheres no processo de redemocratização do país.

A denominada ‘primeira onda’ do feminismo, caracterizada pela luta pelo voto feminino, no Brasil foi marcada exclusivamente por personalidades isoladas, como a figura fundamental de Bertha Lutz que, por pertencer a uma classe privilegiada, teve a oportunidade de estudar em Paris e ter contato com as sufragistas. Ao contrário, a efervescência revolucionária dos anos 60, da chamada ‘segunda onda’, chegou a ter uma influencia bem maior, mas no contexto das especificidades ligadas à situação dos anos de chumbo.¹ Por exemplo, a junção entre Igreja Católica e movimentos sociais contra a ditadura acabou por impossibilitar a inserção de pautas como o aborto, o divórcio ou a crítica do papel tradicional das mulheres na família (Sarti 1998), de maneira a impor o adiamento dessas questões na agenda do movimento feminista brasileiro.

A partir de 1975, ano em que foi instituído pela ONU o Ano Internacional da Mulher, foram publicados os primeiros jornais nacionais – parte da imprensa alternativa existente no Brasil durante a ditadura (vd. Kucinski 2003) –, dirigidos por mulheres que se autodenominavam feministas (entre eles os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio*). Estes jornais foram fundamentais para a construção do discurso feminista no Brasil (Cestari 2013). Maria Amélia de Almeida Teles, autora da *Breve história do feminismo no Brasil*, mulher que militou por 27 anos no PCB e foi torturada durante os anos da ditadura, descreveu a condição das mulheres na luta armada e a dupla batalha que tiveram de enfrentar, contra a ordem política vigente, e contra o machismo dos seus companheiros, que sentiram “tanto pela superproteção, como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual” (Teles 1999, p. 70).

Sobre um dos primeiros congressos feministas em 1979, Teles escreve que “A opinião pública ficou impressionada com a existência de feministas também no Brasil (...). Esse foi o ano da anistia, da volta de muitas exiladas² – entre as quais algumas se tornaram feministas –, da formação de novos partidos políticos” (*idem*, p. 117). O livro pioneiro de Costa *et al.* (1980) *Memórias das mulheres do exílio*, tornou acessíveis, pela primeira vez, depoimentos de mulheres exiladas (forçosamente ou por ‘escolha’ própria), e mostrou o quanto foi significativa a experiência do exílio para a elaboração de uma consciência explicitamente feminista (a parte inicial do texto explicita e reflete sobre este processo de conscientização no exílio), ao questionar um certo machismo no interior das

¹ Essa expressão ‘anos de chumbo’ refere-se ao mais negro período da ditadura militar brasileira, que começa em 1968, com a implementação do artigo AI-5 que suspendia vários direitos dos cidadãos, incluindo o *habeas corpus*. O AI-5 permitiu ao regime as prisões sumárias, que acabariam por se traduzir num número elevado de desaparecimentos não explicados, bem como um número elevado de assassinatos confirmados, levados a cabo pelas forças do regime. Esse período termina em 1974, com o final do mandato do general Médici.

² As brasileiras exiladas em Paris organizaram o *Círculo de Mulheres Brasileiras* em Paris, que existiu entre os anos de 1975 e 1979. Elas ainda mandavam material para o Brasil, tentavam contato com outras organizações feministas e buscavam aumentar o número de mulheres participantes (Pinto 2003).

organizações políticas (também graças à influência do feminismo internacional). De fato, o número de mulheres exiladas era consistente e já no final de 1973 as militantes oriundas do partido comunista e da esquerda armada criaram um fórum, em Paris, para refletir coletivamente sobre a questão da mulher e estudar a realidade da mulher brasileira.

A partir dos dados coletados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*³, Marcelo Ridenti levantou o perfil de 7.367 pessoas que foram processadas pela Justiça Militar: 88% eram homens e 12%, mulheres. Na Guerrilha do Araguaia (ocorrida entre 1972 a 1975 no sul do Pará), 17% dos 70 guerrilheiros que desapareceram eram mulheres (Ridenti 1990). Estes percentuais são relevantes se comparados com dados atuais relativos à participação política (institucional) das mulheres (apenas 55 dos 513 deputados federais são mulheres, 10,7%, e apenas 12 no Senado, menos do que 15%, segundo os dados recentes indicados por Agnese Gazzera (2019). Apesar disso, Ana Maria Colling, em 1997, ainda afirmava que, de acordo com estudos sobre a ditadura civil-militar, os espaços de atuação política da mulher eram silenciados e que os principais protagonistas acabavam por ser os homens.⁴ Anos mais tarde, em 2004, a mesma Colling também afirmava que os estudos de gênero ligados às ditaduras estavam a se desenvolver, graças às transformações das perspectivas historiográficas, voltadas a recuperar os pontos de vista de sujeitos ‘subalternos’ e minorias excluídas das narrações hegemônicas (Colling 2004). De fato, é entre o fim dos anos 90 e os anos 2000 que surgiram importantes contribuições nesse sentido: em 1996 foi organizado um dos primeiros eventos acadêmicos sobre a ditadura na UNICAMP⁵, o qual teve uma mesa sobre a participação das mulheres na resistência (Sarti 1998); no mesmo ano, foi publicado um outro texto de depoimentos, *Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*, organizado por Elisabeth F. Xavier Ferreira. Em 2010 apareceu um outro texto importante, nomeadamente, *Luta: um substantivo feminino*, organizado por Tatiana Merlino, e que contém breves apresentações de todos os partidos e organizações da época, juntamente com 27 depoimentos de sobreviventes e 45 biografias de mulheres desaparecidas e mortas. Esse texto tem um impacto realmente comovedor por escolher colocar as fotos de todas estas jovens mulheres ao lado das informações de vida e militância que foi possível coletar, assim como as notícias sobre o momento em que foram presas ou desapareceram. Este trabalho tem o mérito de evidenciar a grande dificuldade na reconstrução dos acontecimentos e as constantes lacunas sobre tantas existências a redescobrir. Um outro passo fundamental nesse caminho de redescoberta do passado foi a publicação dos relatórios recolhidos pela Comissão Nacional da Verdade. Sublinhe-se que o capítulo 10 do Volume 1 afirma que “a violência sexual, exercida ou permitida por agentes de Estado,

3 O projeto *Brasil: Nunca mais* é um grande estudo sobre a oposição ao regime militar no Brasil nas décadas de 60 e 70, especialmente sobre a repressão política, tomando como fonte de pesquisa 695 processos movidos pelo regime militar contra seus adversários.

4 Apenas em 1995, dez anos depois do fim da ditadura, foi instituída a *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos*, que inaugurava um caminho de abertura para o reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado brasileiro (o primeiro relatório foi publicado em 2007).

5 Um seminário intitulado “A revolução possível: homenagem às vítimas do regime militar”.

constitui tortura” (Comissão Nacional da Verdade 2014), e é, portanto, reconhecida como um crime contra a humanidade que funciona como instrumento de dominação e de poder.⁶

3. Memória feminina e literatura sobre a ditadura militar

A necessidade de investigar o período da ditadura militar sob uma perspectiva de gênero é evidente considerando as várias diferenças de vivências e tratamentos a que foram submetidas as mulheres. Por exemplo, é preciso revelar como foram usadas, pela repressão política, as condições específicas das mulheres (gravidez, maternidade, aleitamento, menstruação e o próprio fato de ser mulher). Muitos depoimentos parecem contribuir para expor essa triste conjuntura:

Havia um desprezo por parte deles. Junto com a ideologia, vinha essa humilhação pelo fato de ser mulher, como se a gente estivesse extrapolando nosso papel de mulher. O tom era de ‘por que você não está em casa, ao invés de estar aqui? Por que você perde tempo com coisas que não lhe dizem respeito?’. Era como se você merecesse ser torturada porque estava fazendo o que não devia ter feito. (Spadini *apud* Merlino 2010, p. 96)

Esta especificidade tem ressonância nos estudos que trabalham com memória de mulheres dessa e de outras épocas. A historiadora Michelle Perrot afirma que a memória, como forma de relação com o tempo e o espaço, é profundamente sexuada e defende a necessidade de práticas de memórias femininas porque existe uma particularidade “na medida em que as práticas socio-culturais presentes na tripla operação que constitui a memória – acumulação primitiva, rememoração, ordenamento da narrativa – está imbricada nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, é produto de uma história” (Perrot 1989, p. 18). Portanto, é interessante refletir sobre os processos de elaboração e transmissão social dessa memória traumática feminina da luta contra a ditadura.

Maria Lygia Quartim de Moraes (2006) escreve que o registro da experiência das mulheres pode ser procurado apenas nos livros construídos a partir de depoimentos, que acabamos de citar, ou de reconstrução histórica porque:

(...) o levantamento da literatura de testemunho revela um fato interessante: são raríssimos os livros escritos por mulheres, não obstante a significativa participação feminina na luta armada e as torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Muitas das que sobreviveram à tortura e à prisão são jornalistas, professoras universitárias e intelectuais acostumadas a escrever. No entanto, quarenta anos após, poucos são os livros em que as mulheres são o sujeito do discurso. (Moraes 2006, pp. 7–8)

Todavia, o estudo mais recente de Eurídice Figueiredo, *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017), mostra uma mudança. Se é verdade que, segundo a periodização proposta pela autora, no primeiro período (1964–1979) e no segundo

⁶ *Vd. Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (2014, vol. 1, cap. 10): “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”.

período (1980–2000) quase não aparecem romances e textos escritos por mulheres (com poucas exceções como o caso de *As Meninas* [1973] de Lygia Fagundes Telles, e, *Tropical sol da Liberdade* [1988], de Ana Maria Machado), ao contrário, no terceiro período (2000 até hoje), vários textos foram publicados por mulheres, muitas vezes com as mulheres como protagonistas no contexto dos anos da ditadura. Por um lado, podemos afirmar que o difícil processo de desenvolvimento de memórias e depoimentos (públicos e privados) ajudou a visibilizar a experiência específica das mulheres e funcionou como um forte processo de transmissão transgeracional, se consideramos que muitas jovens mulheres escreveram sobre um período da história que não viveram em primeira pessoa, pelo menos numa idade adulta, mas que só descobriram através de vozes e depoimentos públicos ou memórias privadas de pais e conhecidos (é o caso de Adriana Lisboa, Luciana Hidalgo, Paloma Vidal, Liniane Hang Brum, Beatriz Bracher, entre outras). Por outro lado, podemos afirmar que algumas publicações literárias escritas a partir da própria biografia ou da experiência pessoal dos anos da ditadura saíram muitos anos depois dos eventos narrados (é o caso de *O fantasma de Luis Buñuel*, em 2004, e *Felizes poucos*, em 2016, de Maria José Silveira, *Nem tudo é Silêncio*, de Sonia Regina Bischain, em 2010, *Tempos Extremos*, de Miriam Leitão, em 2014, *Volto na Semana que vem*, de Maria Pilla, em 2015, *Outros Cantos*, de Maria Valéria Rezende, em 2016, etc.). Ao analisar alguns destes textos e as trajetórias das suas autoras veremos que é precisamente a vontade de preencher uma ‘falta’ e um ‘vazio’ do ponto de vista das mulheres sobre os ‘anos de chumbo’ (e sobre a memória fragmentada deles) que motiva a sua escrita.

Da ‘jovem geração’ de mulheres que escreveram sobre esse tempo passado, assinalamos dois romances que decidiram enfrentar uma das mais sombrias parte da história da ditadura, a da guerrilha do Araguaia, que aconteceu na região amazônica brasileira entre o fim da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, e que terminou com o massacre dos guerrilheiros, planejado e praticado pelo exército no absoluto silêncio institucional. Falaremos assim de *Antes do Passado. O silêncio que vem do Araguaia* (2012), de Liniane Haag Brum e *Azul Corvo* (2010), de Adriana Lisboa.

No texto *Antes do Passado*, Liniane Haag Brum se apresenta e conta, desde o começo, a própria história pessoal que a levou à necessidade da busca da história do seu tio desaparecido, Cilon Cunha Brum (busca de matérias, memórias, pessoas e lugares, como da mesma região amazônica em que ela viajou várias vezes para procurar lugares e entrevistar pessoas). As consequências da violência do desaparecimento do tio marcaram as vidas das gerações da sua família e motivaram esta busca. A autora mistura a narração das suas descobertas e dos seus sentimentos com o caminho de reconstrução dos eventos (fotos documentais, artigos de jornais, extratos de revistas, cartazes, fotocópias de documentos, etc.) e com interessantes cartas pessoais escritas para a sua avó (mãe do tio desaparecido). O texto contribui para restituir uma ideia do que foi o Araguaia e das convicções que se radicaram nas narrações e nos silêncios públicos: os guerrilheiros foram culpados por terem chegado até aquele lugar escondido e indefinido para ‘pegar nas armas’ e envolver-se voluntariamente numa estudada estratégia de luta armada orquestrada pelo partido comunista brasileiro. A morte deles não podia ser culpa deles mesmos.

Diversamente, o texto *Azul Corvo*, de Adriana Lisboa é uma narrativa ficcional que se confronta meticulosamente com a história da guerrilha do Araguaia sem que esta se torne o foco central da narração. De fato, o livro conta a história de uma menina de doze anos (Evangelina ou Vanja, que é também a narradora), que, depois da morte da mãe, tenta descobrir a identidade do pai através da ajuda de um ex-marido da mãe, Fernando, que nunca conheceu. Ele é brasileiro e mora nos Estados Unidos (onde ela também nasceu). Vanja escreve para Fernando e, depois da resposta dele e da disponibilidade de ajudá-la, decide ir morar por um tempo na casa dele. Nos longos anos que eles passarão juntos (até à morte de Fernando), um relacionamento profundo será lentamente estabelecido entre os dois até ele conseguir contar para Vanja a própria história e os próprios traumas ligados ao Araguaia (ele é um ex-guerrilheiro que decidiu fugir da guerrilha).

Nestes dois textos, a história pessoal das autoras que motivou a escrita é completamente diferente. Liniane Haag Brum decidiu escrever para contar a história do seu tio e a própria busca de informações e verdades, de forma a expor a forte implicação emotiva com a ‘verdade’ e a sua reconstrução no campo da pós-memória. Diferentemente, Adriana Lisboa decidiu tratar este assunto não por causa de uma história pessoal, mas porque, como afirma numa entrevista (Lisboa 2010), era um tema evitado e tratado lateralmente na escola, e chamou a sua atenção desde a adolescência, o que deixa em evidência o compromisso com a ficção e a ligação com as falhas da memória pública. Duas motivações consideravelmente diferentes que, porém, são aproximadas pelo desafio de contar, a partir do presente, uma parte da história de violência do próprio país, sobre a qual permanece uma profunda e ensurdecadora amnésia e também pelo fato de confiar a perspectiva/tarefa de reconstrução e verbalização a duas vozes femininas: a narradora Liniane Haag Brum e a narradora Vanja. Sem elas, estas histórias traumáticas nunca teriam saído da escuridão. No texto de Adriana Lisboa, Vanja consegue descobrir e narrar a história que Fernando nunca conseguiu contar para alguém. E no texto de Liniane Haag Brum, ela é a responsável pelo descobrimento e narração de uma história de desaparecimento ainda não contada. Também, Brum coloca no texto cartas para sua avó, que são ficcionais (ela morreu em 1989), como maneira de reativar a memória e as vivências de uma outra mulher e mãe que esperou e sofreu, bem como seguir os acontecimentos daqueles anos e criar uma conexão e cumplicidade que não conseguiu construir com o seu próprio pai (irmão do desaparecido) ou com o seu avô: “Peço desculpa pela crueza das palavras. Sabemos – nós duas sabemos – o quanto elas são necessárias” (Brum 2012, p. 198). A dimensão privada e íntima é politizada, de maneira a ajudar e permitir a reconstrução da memória coletiva e histórica, a ruptura do silêncio e a verbalização que faltava. Esta tarefa, seguindo a lição feminista, é confiada às mulheres.

Muitos outros importantes textos foram escritos, recentemente, por mulheres de uma geração anterior, que viveu na primeira pessoa os anos da ditadura militar. A maioria desses textos tem como protagonistas mulheres, e é inspirada pela biografia das autoras ou conta as memórias delas. É o caso, entre outros, de *Volto na Semana que vem*, de Maria Pilla (2015) e *Outros Cantos*, de Maria Valéria Rezende (2016).

Volto na semana que vem é um livro de memórias pessoais fragmentadas (56 pequenos textos) dos anos da ditadura, que não propõe uma reconstrução rigorosa e

cronológica dos eventos, mas pretende ser um texto literário que mistura os planos – “Alguma coisa eu criei, não tinha o foco na história” (Paim & Porto 2015) – e os tempos, “com datas que vão e vêm” (*ibidem*) de 1950 (quando tinha 4 anos) até 1984, um ano antes do fim da ditadura brasileira. O título do livro é a frase que a narradora disse ao pai ao sair de viagem. Todavia, voltou apenas mais de vinte anos depois. A autora viveu em Porto Alegre até 1970, começou a sua militância nos movimentos estudantis e militou contra duas ditaduras, a brasileira e a argentina. No Brasil, foi membro do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do POC (Partido Operário Brasileiro, dissidente do PCB) e na Argentina, do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores). Foi presa (encarcerada nas prisões de Olmos e de Devoto por dois anos) e torturada, depois expulsa pela ditadura argentina e exilada na França, onde militou nos movimentos feministas francês e brasileiro no exílio. Depois de vinte anos conseguiu voltar a morar no Brasil e depois de outros vinte anos conseguiu escrever este livro: “Há anos, tinha vontade de escrever um livro, de botar no papel tudo aquilo, que, apesar de ter feito análise, continua me incomodando” (Paim & Porto 2015). Com este texto, a autora rompe com os padrões tradicionais de gênero e detém o discurso sobre a própria militância política (na plena consciência dos riscos que corria), espaço considerado masculino por excelência. Este aspecto é também afirmado com força na entrevista sobre o seu texto: “Não sou vítima, eu escolhi a militância” (*ibidem*). Todavia, além de contar a sua própria e pessoal experiência, mostra o protagonismo de muitas mulheres daqueles anos (como, por exemplo, a grande força e solidariedade entre as presas na prisão), de forma a desconstruir a imagem estereotipada de vítimas frágeis e/ou militantes marginais.

Diversamente, o livro de Maria Valéria Resende, *Outros Cantos*, é um texto ficcional que se abre contando a história de uma educadora que escolheu ir ao sertão do nordeste do Brasil, no imaginário sítio de “Olho d’Água”, para dar aulas e alfabetizar jovens e adultos. As páginas decorrem contando a luta pela sobrevivência desse povo, entre secas, duro trabalho, pobreza extrema, analfabetismo, carência de estruturas e educação, rituais e festas religiosas para enfrentar as dificuldades do cotidiano. De fato, a reflexão parece concentrar-se principalmente sobre o tema das condições de pobreza e da marginalidade até quando, com o avançar da narrativa, aparece o espectro da ditadura militar. Apenas na parte final do romance o leitor consegue entender realmente quem é essa professora – uma militante de uma organização clandestina enviada para “mudar a História sob a máscara da professora” (Rezende 2016, p. 144) – e, deste modo, entender melhor as outras referências presentes anteriormente no livro (todas inspiradas pela biografia da autora que, por acreditar na organização popular, decidiu morar num povoado sertanejo e trabalhar como educadora durante a ditadura): o período passado na Argélia, onde foram exilados vários militantes, a importância dos processos de conscientização da pedagogia de Paulo Freire nas reflexões apresentadas, a presença de um medo escondido da repressão e, em geral, o olhar construído sobre essas injustiças. Deste modo, o texto se torna um importante documento de visibilização de experiências de resistência em lugares periféricos e abandonados do Brasil – “naquele fim do mundo esquecido” (*idem*, p. 54) – e do apoio à resistência, mostrando também como os moradores a ajudam a fugir quando as autoridades chegam para buscá-la –, politizando todas as situações apresentadas. O aspecto mais interessante é que a história contada

aconteceu no passado e é narrada sob a forma de misturadas memórias pessoais enquanto a narradora está em um autocarro, anos depois, a refazer a mesma viagem, para continuar a sua missão num ‘outro canto’ qualquer do nordeste do Brasil. Também neste caso, a protagonista representa a força e determinação de uma mulher que, sozinha, decidiu militar clandestinamente em lugares desconhecidos, construindo redes, acreditando nas revoluções populares, e sem abandonar os seus propósitos transformadores até hoje (quando continua o trabalho da educação popular).

Novamente, o que aproxima os dois textos é o propósito de preencher um “vazio” sobre esses anos já passados, vocalizar a presença feminina e fazer da própria biografia uma fonte de inspiração para construir memórias e histórias de resistência abrangentes. Como já vimos no caso de *Azul Corvo* e *Antes do Passado*, é a dimensão da ficção que mais ajuda nessa tarefa específica de tornar coletivo o que, pelas personagens/narradoras (e/ou pelas autoras), é traumaticamente pessoal. Maria Valéria Resende afirma:

Não quis fazer um livro de memórias, porque acho chato. Autobiografias se passam por verdadeiras, mas no fundo são ficção. Então preferi dar a forma de um romance e ficar livre para reinventar tudo. A protagonista não tem nada da minha personalidade, não sou uma sonhadora, e as histórias que ela conta são inventadas. Mas o percurso dela é emprestado do meu. (Freitas 2016)

E, de forma semelhante, Maria Pilla afirma:

A literatura é assim. Me incomodei com muitas pessoas que achavam que eu faria a recomposição da morte de companheiros delas, sob tortura, na Oban, em 1971. E isso não aconteceu. Não era a ideia deste livro reconstituir a história. Meu interesse era fazer literatura, escrever de forma mais ficcional. (Paim & Porto 2015)

Estas exigências de narração de tantas histórias (não contadas) pessoais-coletivas da ditadura, a partir dos pontos de vista das mulheres (narradoras), ainda mais invisibilizados, encontraram na arte literária a forma para expressar-se.

Esta recente re-emergência literária coloca duas questões. Por um lado, o impacto dos relatórios públicos. Por exemplo, Maria Valéria Rezende afirma, sobre o seu livro:

Nos últimos anos, por conta da Comissão da Verdade, o Brasil se lembrou de presos, torturados, exilados, censurados, mortos. Mas não se falou tanto de quem, acreditando que a mudança só podia vir da organização popular, sumiu no meio do povo para fazer esse trabalho, cuja condição de sucesso era a invisibilidade. (Freitas 2016)

Esta afirmação deixa entender que a necessidade da escrita surgiu depois do imenso trabalho da Comissão Nacional da Verdade e para preencher o que permaneceu fora, segundo o ponto de vista de quem viveu naqueles anos. Um outro e diferente exemplo deste impacto é fornecido pelas afirmações da jornalista Miriam Leitão. Ela foi torturada durante o regime e afirma que durante anos resolveu esconder a sua experiência, até dos filhos, mas mudou de ideia recentemente, e decidiu falar, e escrever um romance, “depois da divulgação de relatórios produzidos pelas Forças Armadas, a pedido da Comissão

Nacional da Verdade, nos quais Exército, Marinha e Aeronáutica negaram a ocorrência de ‘desvios de função’ nas suas unidades durante o regime militar” (Otávio 2014). Os recentes relatórios tiveram um grande impacto, e estimularam também uma nova produção literária mostrando quanto as tentativas de reconstrução da memória pública e a vontade da sociedade de quebrar o silêncio (o que Maurice Halbwachs, em 2007, chama de mudança dos “quadros sociais da memória”) é fundamental para suportar o esforço de lembrar, de quem atravessou um trauma e encontrou a vontade de deixar emergir as memórias pessoais no plano público. Este trabalho histórico-político certamente suportou a re-emergência literária de histórias removidas do espaço público por tantos anos (vale lembrar que a lei da amnistia brasileira (1979) concedeu o retorno dos exilados e a libertação dos presos, mas garantiu também a impunidade aos torturadores; muitas vítimas sobreviventes da ditadura por longos anos tiveram de enfrentar a realidade de poder encontrar nas ruas, livres e nunca julgados, os próprios torturadores, sabendo que não houve um processo público de reconstrução dos eventos e das culpas e sabendo que esta impunidade acabou por legitimar uma mentalidade machista de violência, opressão e abuso de poder nas polícias, no exército e na sociedade). Por outro lado, é preciso colocar a questão da temporalidade dessa memória feminina. Afirma Maria Pilla numa entrevista: “Escrever o livro foi como me livrar de um problema (...). Deixei para escrever as partes ruins todas juntas. Foi bem difícil. Era uma coisa sofrida, que vinha de dentro. (...) Fui olhar para reavivar a memória” (Paim & Porto 2015).

Aleida Assmann, em *Formen des Vergessens* [modos de esquecimento], analisa as práticas do esquecer e afirma que o esquecer é a modalidade fundamental da vida humana e social; o lembrar, ao contrário, implica um esforço, uma rebelião, um veto contra o tempo e o rumo das coisas (Assmann 2019, p. 39). Independente do gênero, todas as memórias traumáticas colocam a questão da luta contra o silêncio e contra o ‘consolo’, ou a tentação, do esquecimento. De fato, o surgimento recente destes textos mostra também esta complexidade do tempo da elaboração pública do trauma, que, no caso das mulheres, foi ainda mais difícil por causa da marginalização ou da subestimação das suas experiências.

Uma experiência traumática, definida como experiência extrema de violência psíquica, física ou sexual, caracterizada pela incapacidade de uma rápida elaboração e por sofrimentos sintomáticos, se torna realmente comunicável não no nível individual e privado, mas na dimensão coletiva e social, graças, sobretudo, em função dos processos de transmissão transgeracional. Através destes processos – o que se deixa, e o que se transmite de forma consciente ou inconsciente – a memória autobiográfica, conectada à vivência individual (familiar ou extra-familiar), se liga à consciência ou autoconsciência histórica baseada nas experiências históricas coletivas (Pethes & Ruchatz 2002), experiências que neste caso incluem o nascimento do feminismo e a conscientização crescente do papel das mulheres. Do ponto de vista dos textos literários publicados, a importância da dimensão pública está ligada ao papel da escrita como testemunho e como transmissão não apenas privada, mas coletiva e política. Jaime Ginzburg, no texto *Critica em tempo de violência*, diferencia o depoimento ou a autobiografia tradicional da chamada ‘literatura de testemunho’, e escreve:

O testemunho pede a elaboração de um novo conceito de representação, ligado ao estabelecimento de identidades políticas. É necessário diferenciar narrativas que postulam uma experiência “individual e particular” na autobiografia tradicional, e a “formação de uma subjetividade coletiva do testemunho” (...). (Ginzburg 2012, pp. 58–59)

Desta maneira, nesses textos não aparece o depoimento de uma voz, mas a evocação de muitas vozes silenciadas, o eco de tantas experiências de mulheres durante esses anos.

De fato, se no plano privado é possível uma reconciliação terapêutica com uma lembrança traumática, no plano público não há possibilidade de cura ou recuperação porque a consciência histórica de experiências traumáticas produz uma consciência política que nunca será livre de julgamento, de condenação, e da busca de justiça.

4. Conclusão

Esta re-emergência literária, recente, de vozes femininas e do ponto de vista das mulheres sobre a ditadura combate a remoção do seu papel histórico e é particularmente importante porque, partindo da memória-ficção, do conto, da narração, não está sujeita ao mesmo processo de negacionismo histórico praticado pelo atual governo brasileiro ou por parte do exército, que sempre construiu narrativas históricas revisionistas (veja-se o caso do texto *Rompendo o Silêncio*, publicado em 1987 pelo torturador Carlos Alberto B. Ustra, para reafirmar ideologicamente a legitimidade da ditadura, desconstruindo o trabalho do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, que saiu em 1985). Como afirma Roberto Vecchi, ao comentar e citar o texto de Ana Maria Machado, uma das primeiras mulheres a escrever um livro ficcional que se dedicou à experiência da ditadura militar e a discutir, num nível de meta-narrativa, a escolha da ficção no lugar do texto jornalístico ou do depoimento:

(...) o recurso ao imaginário, se por um lado faz detonar a referencialidade da ilusão autobiográfica, ao mesmo tempo vem indicado como um instrumento potencialmente mais ativo de conhecimento, já que “ficção precisa ter uma verossimilhança que raramente a verdade tem”. (Vecchi 2010, p. 258)

Tanto o desenvolvimento de estudos de gênero sobre o período da ditadura quanto a proliferação de depoimentos e relatos ajudaram muito a reavaliação do papel das mulheres, mas a literatura é capaz de ativar outros mecanismos que superam a dimensão individual e biográfica – muitas vezes sem sequer partir da própria biografia –, e criar uma relação política, privilegiada e *inclusiva* com o leitor, construída através do recurso ao imaginário, ao possível que aconteceu.

A luta das mulheres contra a ditadura inaugurou o feminismo brasileiro, foi uma luta pela liberdade de expressão, organização e democracia, ideais que ainda estão a ser questionados no Brasil, que é estruturalmente atravessado por machismo, autoritarismo e violência. Este aspecto é levantado também pelo trabalho de Jaime Ginzburg, que propõe um estudo da história da literatura brasileira sob a perspectiva da violência a partir da premissa de que existe um trauma coletivo no Brasil, e não apenas individual, e de que toda a “sociedade brasileira foi *construída* com processos que incluíram episódios de genocídios, massacres, chacinas e políticas repressoras” (Ginzburg 2012). De acordo

com a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, no Brasil, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas (Venturi & Godinho 2013). Aproximadamente 39 milhões de mulheres brasileiras sofreram alguma violência por parte de homens. Por essa razão, há décadas, o movimento feminista luta para que a violência seja compreendida e enfrentada como problema social e *político*, com raízes profundas que, certamente, se ancoram também na época das torturas sexistas e dos autoritarismos machistas dos ‘anos de chumbo’. E, portanto, é evidente como a força do imaginário literário na recuperação das vozes e das experiências silenciadas das mulheres que viveram naqueles anos é particularmente importante para o fortalecimento das lutas que hoje enfrentam todas as brasileiras.

Referências

- Alvarez, S. (1990). *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Assmann, A. (2019). *Sette modi di dimenticare*. Bologna: Il Mulino.
- Brum, L. H. (2012). *Antes do Passado. O silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago.
- Cestari, M. J. (2013). As mesmas e as novas mulheres do feminismo brasileiro. *Estudos Linguísticos*, 42 (3), 1127–1140.
- Comissão Nacional da Verdade. (2014, dezembro 10). Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Vol. 1). Consultado em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.
- Colling, A. M. (1997). *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- Colling, A. M. (2004). As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, pp. 1–11. Consultado em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf (último acesso: 11/07/2019)
- Costa, A. O., Moraes, M. T. P., Marzola, N., & Lima, V. R. (1980). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Figuereido, E. (2017). *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Freitas, G. (2016, janeiro 5). Entrevista: Maria Valéria Rezende lança romance inspirado em sua atuação contra ditadura. *O Globo*. Consultado em <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/maria-valeria-rezende-lanca-romance-inspirado-em-sua-atuacao-contraditadura-3-18407009> (último acesso: 11/07/2019).
- Fundação Perseu Abramo. (2010). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: FPA/SESC.
- Gazzera, A. (2019). *Marielle Presente!* Alessandria: Capovolte.
- Ginzburg, J. (2012). *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Halbwachs, M. (2007). *La memoria collettiva*. Milano: Unicopli.
- Kucinski, B. (2003). *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Lisboa, A. (2010, outubro 10). Entrevista. *Isto é gente*, 580. Consultado em <https://www.terra.com.br/istoegente/edicoes/580/artigo189292-1.htm>
- Lisboa, A. (2014). *Azul Corvo*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Merlino, T. (2010). *Direito à memória e à verdade: Luta substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos.
- Moraes, M. L. Q. de (2003). Feminismo, Movimento de Mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina. *Primeira Versão*, 121. 39 pp.
- Moraes, M. L. (2006). Da luta armada ao feminismo. Texto apresentado no 30.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – GT09:

- Gênero na Contemporaneidade*, Caxambu, MG. Consultado em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt09-16/3290-mmoraes-da-luta/file>.
- Otávio, C. (2014, agosto 19). Miriam Leitão fala sobre tortura que sofreu nua e grávida de 1 mês durante ditadura. *O Globo*. Consultado em <https://oglobo.globo.com/brasil/miriam-leitao-fala-sobre-tortura-que-sofreu-nua-gravida-de-1-mes-durante-ditadura-13663114> (último acesso: 11/07/2019).
- Paim, L., & Porto, A. (2015, novembro 15). *Maria Regina Pilla relembra momentos da ditadura e da tortura, sem rancor ou truculência*. Consultado em <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2015/11/maria-regina-pilla-relembra-momentos-da-ditadura-e-de-tortura-sem-rancor-ou-truculencia/> (último acesso: 11/07/2019).
- Pethes, N., & Ruchatz, J. (2002). *Dizionario della memoria e del ricordo*. Milano: Mondadori.
- Perrot, M. (1989). Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, 9 (18), 9–18.
- Pilla, M. (2015). *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosacnaify.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Ridenti, M. S. (1990). As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, 2 (2), 113–128.
- Rezende, M. V. (2016). *Outros Cantos*. Rio de Janeiro: Alfabeta.
- Sarti, C. A. (1998). O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. Texto apresentado no *XXI Congresso Internacional da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos)*, Chicago, pp. 1–12. Consultado em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>.
- Sarti, C. A. (2001). Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, 16, 31–48.
- Teles, M. A. de A. (1999). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Teles, M. A. de A. (2014). O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *Bauru*, 2 (2), 9–18.
- Teles, M. A. de A. (2015). A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero, *Revista direito Gv*, 11 (2), 502–522.
- Vecchi, R. (2010). Memória no feminino: *Tropical Sol da Liberdade* de Ana Maria Machado. *Revista Brasileira*, 65, 253–265.
- Venturi, G., & Godinho, T. (2013; orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo : Edições Sesc SP, 2013.

[recebido em 13 de fevereiro de 2020 e aceite para publicação em 1 de maio de 2020]